



RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADOS

2017



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADOS

2017

ÍNDICE

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado _____	4
Balanço Consolidado _____	15
Demonstração de Resultados Consolidada _____	18
Fluxos de Caixa Consolidados _____	20
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados _____	22

Relatório de Gestão Consolidado

1 Introdução

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, “*o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais*”. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que “*a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei*”. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

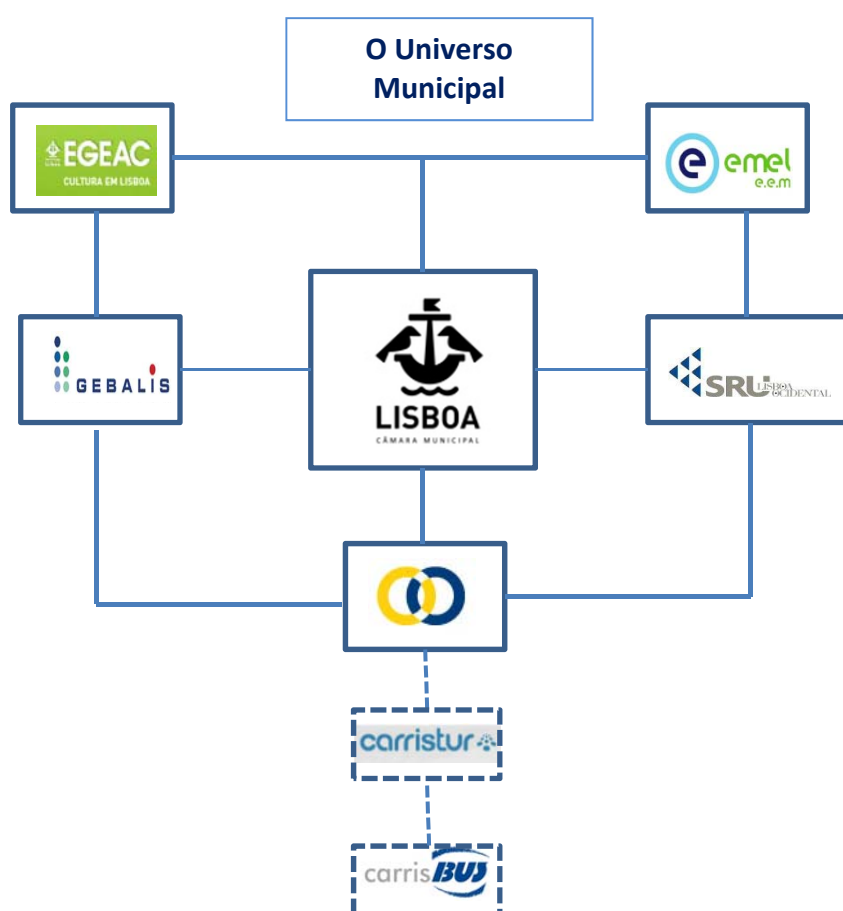
Na elaboração dos documentos de prestação de contas consolidadas, foi observada a orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria 474/2010, de 15 de Junho, tendo a operação de consolidação sido suportada na elaboração de um mapa de fluxos de caixa consolidado e um anexo às Demonstrações Financeiras.

De acordo com a mesma Portaria, são estabelecidos um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de, acordo com o seu artigo 3º, são de aplicação obrigatória, bem como as instruções do SATAPOCAL, de maio de 2011, e de maio de 2015.

2 Entidades do perímetro de consolidação

As contas consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: Grupo Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA (Inclui a consolidação da Carris com as suas participadas Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carribus, S.A.), EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos de Animação Cultural, EMEL – Empresa Municipal de Estacionamentos de Lisboa, GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa e LISBOA OCIDENTAL SRU (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).

Em 2017, verifica-se a introdução da CARRIS no universo municipal cuja passagem para a esfera do Município de Lisboa, ocorreu a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro.



3 Breve análise das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme é conhecido, a dimensão da atividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à diretamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos

Ativos das empresas municipais é de 198 milhões de euros, que representam 6% do total do ativo do Município individualmente considerado e o total da faturação de vendas e serviços é de 173,8 milhões de euros que compara com os 660 milhões obtidos pelo Município. O peso do Município em 2017 é inferior aos dos anos anteriores devido à inclusão do Grupo Carris com um impacto de cerca de 111 milhões de euros.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município em 2017, quando individualmente considerado. Todos os aspetos positivos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2017, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam igualmente uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

3.1 Situação económica e financeira – variação face ao ano anterior

3.1.1 – Análise do Balanço Consolidado

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2017	2016	2017-2016
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO			
Imobilizações	2.729.483	2.679.871	49.612
Investimentos Financeiros	50.850	39.238	11.612
Existências	6.348	3.880	2.468
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	34.772		34.772
Dívidas de terceiros - curto prazo	150.813	167.505	-16.693
Depósitos em instituições financeiras e caixa	276.011	138.867	137.144
Acréscimos e diferimentos	186.103	183.095	3.008
Total do ativo	3.434.379	3.212.457	221.923
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios:			
Património	2.077.572	2.077.572	-
Resultados transitados, Reservas e Ajustamentos partes de capital em empresas	24.589	-114.850	139.439
Resultado líquido de exercício	91.397	61.289	30.107
Total dos fundos próprios	2.193.557	2.024.011	169.547
Passivo:			
Provisões para Riscos e Encargos	326.445	248.188	78.257
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazo	379.509	485.600	-106.091
Dívidas a Terceiros - curto prazo	223.011	180.281	42.731
Acréscimos e Diferimentos	311.858	274.378	37.480
Total do passivo	1.240.822	1.188.446	52.376
Total dos fundos próprios e do passivo	3.434.379	3.212.457	221.923

- O valor do ativo consolidado é de 3.434,4 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.236 milhões de euros, cerca de 94%.
- Comparativamente com o ano de 2016, verifica-se que as imobilizações cresceram cerca de 49,6 milhões de euros, em resultado da inclusão do grupo Carris no universo ML com um acréscimo de cerca de 73,2 milhões de euros, verificou-se ainda um aumento no imobilizado da Emel face ao ano de 2016, de 17,9 milhões de euros compensados pelo decréscimo verificado nas imobilizações do Município de Lisboa no valor de 40,7 milhões de euros relativos essencialmente a diversas regularizações em imobilizado em curso e ao aumento das amortizações do imobilizado corpóreo e dos bens de domínio público.
- O aumento do valor da rubrica acréscimo de proveitos de 5,3 milhões de euros, deve-se ao registo por parte do ML do valor dos impostos a receber em 2018, relativos a 2017.
- Os fundos próprios apresentam um valor de 2.194 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de 169,5 milhões de euros, comparativamente com o exercício anterior.
- No que se refere ao passivo, registou-se um acréscimo líquido de 52,4 milhões de euros, reflexo do aumento das provisões para riscos e encargos de 78,3 milhões de euros resultado essencialmente do acréscimo da provisão para processos judiciais e também da constituição de uma provisão para a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, compensadas por um decréscimo nas dívidas a terceiros de médio e longo prazo, de 106,1 milhões de euros resultado da contração do saldo dos Empréstimos Obtidos e também da amortização de dívida de acordos de pagamento.

3.1.2 - Demonstração de resultados consolidada

unidade: milhares de euros

	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2017	2016	2017-2016
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos	198.612	162.589	36.024
Custos com o pessoal	307.053	228.548	78.505
Transferências e subsídios correntes concedidos	92.627	89.949	2.678
Amortizações do exercício	72.962	48.835	24.126
Provisões do exercício	85.180	81.921	3.259
Outros custos	153.015	133.799	19.216
Resultado líquido do exercício	91.397	61.289	30.107
	1.000.846	806.930	193.915
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e prestações de serviços	291.160	163.725	127.435
Impostos e taxas	542.623	463.561	79.061
Transferências e subsídios obtidos	38.007	40.025	-2.018
Outros proveitos	31.725	30.426	1.299
Proveitos e ganhos extraordinários	97.331	109.193	-11.862
	1.000.846	806.930	193.915

- O resultado líquido consolidado é de 91,4 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 30,1 milhões de euros comparativamente com o exercício anterior.
- Durante este exercício verificou-se um acréscimo de custos de 163,8 milhões de euros e um aumento de proveitos de 193,9 milhões de euros. O acréscimo dos custos deve-se essencialmente ao acréscimo dos custos com pessoal, que reflete o aumento ocorrido no efetivo municipal, assim como a introdução das contas do Grupo Carris com um impacto de cerca de 61,4 milhões de euros. O acréscimo de custos em fornecimentos e serviços externos, reflete sobretudo o aumento em trabalhos especializados e vigilância e segurança, assim como o acréscimo de 21,4 milhões de euros pertencentes ao Grupo Carris.

O acréscimo das vendas e prestações de serviços de 127,4 milhões de euros deve-se à inclusão pela primeira vez no universo CML do grupo Carris, com um impacto de cerca de 111 milhões de euros.

O aumento ocorrido na cobrança de impostos e taxas do Município de 79,1 milhões de euros, deve-se essencialmente ao Imposto Municipal de Transações (IMT), devido à forte atratividade e crescimento do mercado imobiliários e sustentada também pelos segmentos de habitação e escritórios entre outros, compensado parcialmente com a diminuição dos proveitos extraordinários.

3.2 Situação económica e financeira consolidada

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados os balanços e as demonstrações de resultados muito sintetizados:

BALANÇO

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras Entidades	% ML
	2017			
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido	
ATIVO				
Imobilizações	2.780.333	2.729.196	51.137	98%
Ativo circulante	467.943	332.000	135.943	71%
Acréscimos e diferimentos	186.103	175.302	10.801	94%
Total do ativo	3.434.379	3.236.498	197.881	94%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios	2.193.557	2.170.150	23.407	99%
Total dos fundos próprios	2.193.557	2.170.150	23.407	99%
Passivo:				
Provisões para Riscos e Encargos	326.445	317.388	9.057	97%
Dívidas a Terceiros	602.520	497.247	105.273	83%
Acréscimos e Diferimentos	311.858	251.714	60.144	81%
Total do passivo	1.240.822	1.066.348	174.474	86%
Total dos fundos próprios e do passivo	3.434.379	3.236.498	197.881	94%

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2017, os valores do balanço consolidado não apresentam variações significativas relativamente ao balanço individual do Município. A variação mais significativa corresponde ao aumento das dívidas a terceiros que traduz essencialmente a inclusão do grupo Carris no universo ML.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

unidade: milhares de euros

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras Entidades	% ML
	2017			
CUSTOS E PERDAS				
Fornecimentos e serviços externos	198.612	130.514	68.099	66%
Custos com o pessoal	307.053	218.784	88.269	71%
Outros custos	403.784	384.526	19.258	95%
Resultado líquido do exercício	91.397	82.930	8.467	91%
	1.000.846	816.754	184.092	82%
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas e Impostos e Taxas	833.783	660.024	173.759	79%
Outros proveitos	69.732	62.868	6.863	90%
Proveitos e ganhos extraordinários	97.331	93.861	3.470	96%
	1.000.846	816.754	184.092	82%

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2017, os valores de custos e proveitos das contas consolidadas relativamente às contas individuais do Município revelam algumas alterações significativas (2017: 82%; 2016: 93%), que resultam do facto de este ser o primeiro ano em que as contas consolidadas do Município incluem o grupo Carris, o qual tem um impacto de cerca de 113 milhões de euros. Destaca-se no entanto, o valor das vendas e Impostos e Taxas onde se encontram registados 34,9 milhões de euros relativos à EMEL, 16,3 milhões de euros da EGEAC, 19,2 milhões de euros da Gebalis e 111,8 milhões de euros relativos à Carris.

3.3 Situação económica e financeira das empresas municipais do Universo Municipal

EMPRESAS MUNICIPAIS - dados e indicadores sobre a situação financeira

Dados Anuais 2017

Unid: milhares de euros

Empresa	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	382.941	449	32.000	1.300	2.000
Activo Líquido	182.863	15.730	74.670	22.138	36.287
Activo Não Corrente	82.519	7.112	55.453	403	32.177
Activo Corrente	100.344	8.618	19.217	21.735	4.110
Capital Próprio	83.689	4.904	40.068	2.959	17.055
Resultados Líquidos	4.970	43	907	82	-
Passivo Total	99.174	10.826	34.602	19.179	19.231
- Passivo Não Corrente	16.599	1.799	5.246	11.214	16.100
- Bancário	-	-	3.639	10.047	16.100
- Passivo Corrente	82.575	9.027	29.356	7.964	3.131
- Bancário	-	-	398	913	-
- Fornecedores	5.897	3.017	17.054	2.199	14
Total de Rendimentos	104.680	26.299	35.604	26.711	5.524
Volume de Negócios ⁽¹⁾	99.455	25.620	34.894	26.570	4.283
- Subsídios à Exploração	3.866	9.323	-	7.405	4.169
Total de Gastos	99.806	26.173	33.928	26.594	5.520
Gastos de Exploração ⁽²⁾	38.368	14.932	18.009	18.159	4.099
Gastos com Pessoal	53.428	9.912	11.659	4.817	515
N.º Empregados	2.112	337	518	199	13

(1) Inclui subsídios à Exploração

(2) CMVMC + FSE

Relativamente a cada uma das empresas municipais, releva-se:

- CARRIS – Passagem para a esfera do Município de Lisboa, a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro, do que resultaram, pela primeira vez em três décadas, Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos, respetivamente de ≈5,0 milhões de euros (face aos ≈6,9 milhões de 2016) e 83,7 milhões de euros (face aos ≈740,4 milhões de 2016). A Carris tem impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais que impactam positivamente no resultado líquido do exercício.

O capital próprio no final do exercício era inferior a metade do capital social, situação que importa resolver, conforme estipulado no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

- EGEC – O valor do subsídio de exploração anual concedido pelo Município cresceu cerca de 0,3 milhões de euros em 2017 face ao ano anterior, refletindo a passagem para a esfera desta empresa do conjunto de equipamentos já referido (considerando os valores anuais efetivos de 2016 (contrato inicial + adenda) e de 2017 (sem diferimento), por comparação, respetivamente, de ≈8,7 milhões de euros e ≈9,4 milhões de euros. Para este resultado contribuiu a trajetória de crescimento de visitantes (12,7%/318.581), o que já no universo dos novos equipamentos sob gestão, levou ao crescimento do valor de vendas e prestações de serviços em ≈ 13,5%/≈1,9 milhões de euros por comparação com 2016.
- EMEL – Em 2017, registou-se um aumento do capital da empresa, no quadro da expansão da sua área de intervenção a todo o território do concelho de Lisboa, conforme Deliberação nº 236/AML/2016 de, 19 de julho, com um aumento das vendas e prestações de serviços próximo dos 18,5% / 5,4 milhões de euros face ao ano anterior.
- GEBALIS – A contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, com um capital de cerca de 13,7 milhões de euros, para liquidar valores em dívida das contas correntes caucionadas permitiu a redução dos juros e gastos similares da empresa que, em 2017, voltaram a quebrar cerca de 11,2%/ 56,3 mil euros face a 2016 (com uma redução de 2016 face a 2014 da ordem dos 1,1 milhões de euros).

A passagem para a GEBALIS das frações atribuídas ao abrigo do Programa Renda Convencionada e das frações locadas, a par com a diminuição dos valores das regularizações / correções às rendas emitidas, potenciou um aumento das vendas e prestações de serviço da ordem dos 9,4% / 1,6 milhões de euros face a 2016.

- Lisboa Ocidental, SRU – a empresa não tem uma natureza comercial, tendo tido um resultado de exploração equilibrado e prosseguido a execução do contrato-programa firmado em 2015 bem como a finalização dos investimentos objeto do Contrato de Financiamento celebrado com o IHRU / BEI.

Cumprimento dos requisitos legais

Empresa	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais			Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais ⁽²⁾
	Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (Art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Art. 40º Equilíbrio de Contas? (RAI>0) ⁽¹⁾	Necessário Transferência de CML ou Reforço de Capital (Art. 40º RJAEPL)	Consolida Dívida com CML (Art 52º Lei n.º 73/2013) ⁽³⁾
CARRIS	22%	Não Cumpre	4.874	Cumpr	Sim	Não
EGEAC	1092%	Cumpr	125	Cumpr	Não	Não
EMEL	125%	Cumpr	1.676	Cumpr	Não	Não
GEBALIS	228%	Cumpr	116	Cumpr	Não	Não
SRU Ocidental	853%	Cumpr	3	Cumpr	Não	Não

⁽¹⁾ O equilíbrio de contas da empresa é dado por RAI ≥ 0, cf art 40º RJAEPL

⁽²⁾ Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

⁽³⁾ A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o RAI ≥ 0, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAEPL

Em 2017, as transferências e subsídios realizadas pelo Município de Lisboa para as empresas municipais totalizaram 21,2 milhões de euros, tendo a GEBALIS e a EGEAC absorvido 78,7% dos recursos dirigidos às empresas municipais.

Transferências e subsídios às empresas municipais

EMPRESAS	Reforço de Cap. Próprios	Cobertura de Prejuízos	Subsídios Investimento	Subsídios de Exploração	Outros	Unid: milhares de Euro	
						Total	%
CARRIS	-	-	-	-	-	-	-
EGEAC	-	-	-	10.970	-	10.970	51,8%
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
GEBALIS	-	-	-	5.695	-	5.695	26,9%
SRU Ocidental	-	-	-	4.415	111	4.526	21,3%
Total	-	-	-	21.080	111	21.191	100%

As empresas municipais GEBALIS e Lisboa Ocidental, SRU reforçaram a execução dos contratos programa em que estão envolvidas, com destaque para os aprovados em 2015 já antes referidos, com o compaginado reforço das associadas transferências municipais.

As transferências para a Lisboa Ocidental, SRU abarcam também a cobertura do serviço da dívida do financiamento IHRU/BEI que captou cerca de 0,3 milhões de euros.

Não houve transferências ou subsídios municipais para a EMEL ou para a Carris, tendo transitado, para 2018.

4 Factos relevantes ocorridos após termo do exercício

O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017, de 13 de dezembro, declarou a Taxa Municipal de Proteção Civil como inconstitucional.

Até 22 de Março de 2018, o Município de Lisboa procedeu ao reembolso de cerca de 41,9 milhões de euros / 72% do valor cobrado entre 2015 e 2017.

Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

ANO: 2017

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa				Varição
		2017			2016	2017-2016
		Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
	ATIVO					
	Imobilizado					
	Bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais	27.006.808,41		27.006.808,41	26.662.880,73	343.927,68
452	Edifícios	2.561.573,25	433.279,54	2.128.293,71	2.182.464,10	-54.170,39
453	Outras construções e infra-estruturas	660.943.674,07	240.386.514,33	420.557.159,74	363.961.452,00	56.595.707,74
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.667.382,54	573.808,11	3.093.574,43	1.570.779,27	1.522.795,16
445	Imobilizações em curso	183.719.364,53		183.719.364,53	226.310.346,59	-42.590.982,06
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	667.101,91		667.101,91	1.676.243,16	-1.009.141,25
		878.565.904,71	241.393.601,98	637.172.302,73	622.364.165,85	14.808.136,88
	Imobilizações incorpóreas:					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44	571.798,44	751.469,00	767.428,29	-15.959,29
433	Propriedade industrial e outros direitos	50.829.670,53	44.320.514,11	6.509.156,42	4.227.050,39	2.282.106,03
443	Imobilizações em curso	127.552,63		127.552,63	0,00	127.552,63
		52.280.490,60	44.892.312,55	7.388.178,05	4.994.478,68	2.393.699,37
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	564.245.256,01		564.245.256,01	514.327.629,22	49.917.626,79
422	Edifícios e outras construções	1.273.464.727,06	308.298.817,29	965.165.909,77	900.000.789,78	65.165.119,99
423	Equipamento básico	378.113.901,71	313.575.291,44	64.538.610,27	36.866.683,00	28.671.927,27
424	Equipamento de transporte	22.677.778,02	15.366.905,74	7.310.872,28	3.168.478,43	4.142.393,85
425	Ferramentas e utensílios	6.672.465,90	5.998.507,43	673.958,47	429.786,67	244.171,80
426	Equipamento administrativo	50.912.344,53	46.215.642,04	4.696.702,49	3.766.802,12	929.900,37
427	Taras e vasilhame	16,96	16,96			
429	Outras imobilizações corpóreas	192.379.576,96	185.752.205,83	6.627.371,13	3.539.522,46	3.087.848,67
442	Imobilizações em curso	462.979.144,41		462.979.144,41	582.493.018,37	-119.513.873,96
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	8.685.070,04		8.685.070,04	8.920.108,16	-235.038,12
		2.960.130.281,60	875.207.386,73	2.084.922.894,87	2.052.512.818,21	32.410.076,66
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital	37.920.460,00	392.706,95	37.527.753,05	29.509.085,61	8.018.667,44
412	Obrigações e títulos participação	8.451.571,67		8.451.571,67	5.632.156,00	2.819.415,67
414	Investimentos em imóveis	4.603.257,90	518.275,34	4.084.982,56	3.438.703,73	646.278,83
415	Outras aplicações financeiras	785.633,59		785.633,59	30.768,78	754.864,81
441	Imobilizações em curso	-		-	627.184,58	-627.184,58
		51.760.923,16	910.982,29	50.849.940,87	39.237.898,70	11.612.042,17
	Circulante:					
	Existências:					
36 e 386	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	6.172.183,47	52.461,07	6.119.722,40	3.791.672,34	2.328.050,06
35	Produtos e trabalhos em curso	29.356,62		29.356,62		29.356,62
32 e 382	Mercadorias	234.005,92	35.021,12	198.984,80	88.415,16	110.569,64
		6.435.546,01	87.482,19	6.348.063,82	3.880.087,50	2.467.976,32
	Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:					
268	Outros Devedores	34.771.846,02		34.771.846,02	0,00	34.771.846,02
		34.771.846,02	0,00	34.771.846,02	0,00	34.771.846,02
	Dívidas de terceiros - curto prazo:					
211	Clientes, c/c	12.166.737,43	1.187.370,41	10.979.367,02	14.316.052,53	-3.336.685,51
212	Contribuintes, c/c e Taxas	10.391.554,81		10.391.554,81	19.431.682,57	-9.040.127,76
213	Utentes, c/c	1.113.000,00		1.113.000,00	6.563.475,00	-5.450.475,00
217	Clientes e utentes com cauções					
218	Clientes, contrib., utentes e outros dev. de cob. duvidosa	76.412.965,65	75.371.078,42	1.041.887,23	1.254.379,71	-212.492,48
251	Devedores pela execução do orçamento					
229	Adiantamentos a fornecedores	51.015,65		51.015,65	0,00	51.015,65
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.712.434,32		1.712.434,32	414.940,32	1.297.494,00
24	Estado e outros entes públicos	7.848.385,09		7.848.385,09	5.126.571,82	2.721.813,27
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00		0,00
262+263+267+268	Outros devedores	154.648.524,44	36.973.619,59	117.674.904,85	120.398.122,40	-2.723.217,55
		264.344.617,39	113.532.068,42	150.812.548,97	167.505.224,35	-16.692.675,38
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	272.077.698,32		272.077.698,32	137.487.759,68	134.589.938,64
11	Caixa	3.933.066,41		3.933.066,41	1.379.459,49	2.553.606,92
		276.010.764,73		276.010.764,73	138.867.219,17	137.143.545,56
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	166.683.157,92		166.683.157,92	161.342.161,54	5.340.996,38
272	Custos diferidos	19.084.127,92		19.084.127,92	20.951.848,78	-1.867.720,86
	Ativos por impostos diferidos	335.618,10		335.618,10	800.778,48	-465.160,38
		186.102.903,94		186.102.903,94	183.094.788,80	3.008.115,14
	Total de amortizações		1.161.493.301,26			
	Total de provisões		114.530.532,90			
	Total do ativo	4.710.403.278,16		3.434.379.444,00	3.212.456.681,26	221.922.762,74

BALANÇO CONSOLIDADO

ANO: 2017
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa		Varição
		2017	2016	2017-2016
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
	Fundos próprios:			
51	Património	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	
55	Ajustamentos partes capital em empresas	-11.601.233,07	-19.436.349,07	7.835.116,00
56	Reservas de reavaliação	65.415.936,40		65.415.936,40
	Reservas:			
571	Reservas legais	81.794.272,96	78.651.809,21	3.142.463,75
573	Reservas contratuais	789.536,81	780.620,88	8.915,93
575	Subsídios			
576	Doações	4.109.169,69	3.209.169,69	900.000,00
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	151.588.379,13	15.155.950,53	136.432.428,60
59	Resultados transitados	-267.507.077,16	-193.211.698,52	-74.295.378,64
88	Resultado líquido do exercício	91.396.661,41	61.289.387,43	30.107.273,98
	Total dos fundos próprios	2.193.557.282,87	2.024.010.526,85	169.546.756,02
	Passivo:			
292	Provisões para riscos e encargos	326.444.617,77	248.187.655,55	78.256.962,22
		326.444.617,77	248.187.655,55	78.256.962,22
	Dívidas a terceiros - médio longo prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	262.559.262,14	298.273.245,00	-35.713.982,86
262+263+267+268	Outros credores	116.949.268,94	187.326.721,16	-70.377.452,22
		379.508.531,08	485.599.966,16	-106.091.435,08
	Dívidas a terceiros - curto prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo (parte corrente)	40.561.482,96	36.999.555,50	3.561.927,46
221	Fornecedores, c/c	12.866.583,38	6.574.640,80	6.291.942,58
228	Fornecedores, facturas recepção e conferência	5.406.611,12	3.119.657,56	2.286.953,56
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	5.049.560,97	8.145.088,55	-3.095.527,58
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	3.386.996,78	1.395.128,48	1.991.868,30
24	Estado e outros entes públicos	8.171.882,83	2.350.048,25	5.821.834,58
262+263+267+268	Outros credores	147.568.223,68	121.696.407,74	25.871.815,94
		223.011.341,72	180.280.526,88	42.730.814,84
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	56.399.279,98	36.991.057,64	19.408.222,34
274	Proveitos diferidos	244.278.352,77	237.047.780,96	7.230.571,81
	Passivos por impostos diferidos	11.180.037,81	339.167,22	10.840.870,59
		311.857.670,56	274.378.005,82	37.479.664,74
	Total do passivo	1.240.822.161,13	1.188.446.154,41	52.376.006,72
	Total dos fundos próprios e do passivo	3.434.379.444,00	3.212.456.681,26	221.922.762,74

Demonstração de Resultados Consolidada

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

ANO: 2017

(unidade: Euro)

Código das		Consolidado do Município de Lisboa		Varição
		2017	2016	2017-2016
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26 183 816,78	6 114 254,38	20 069 562,40
62	Fornecimentos e serviços externos	198 612 441,76	162 588 714,95	36 023 726,81
Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	237 022 524,10	174 560 133,59	62 462 390,51
643 a 648	Encargos sociais	70 030 350,34	53 987 396,77	16 042 953,57
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	92 627 339,70	89 949 014,27	2 678 325,43
66	Amortizações do exercício	72 961 520,66	48 835 219,25	24 126 301,41
67	Provisões do exercício	85 179 508,12	81 920 925,93	3 258 582,19
65	Outros custos e perdas operacionais	4 855 379,55	4 239 440,66	615 938,89
	(A)	787 472 881,01	622 195 099,80	165 277 781,21
68	Custos e perdas financeiros	8 347 192,06	11 112 051,81	-2 764 859,75
	(C)	795 820 073,07	633 307 151,61	162 512 921,46
69	Custos e perdas extraordinários	111 879 386,58	111 882 810,11	-3 423,53
	(E)	907 699 459,65	745 189 961,72	162 509 497,93
88	Resultado antes impostos	93 146 271,30	61 740 309,37	31 405 961,93
	Imposto sobre o rendimento do exercício	1 613 041,21	252 401,28	1 360 639,93
	Imposto diferido	136 568,68	198 520,66	-61 951,98
	Resultado líquido do exercício	91 396 661,41	61 289 387,43	30 107 273,98
		1 000 845 730,95	806 930 271,09	193 915 459,86
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	545 962,99	250 827,80	295 135,19
7112 - 7119	Vendas de produtos	5 332 208,16	5 156 997,56	175 210,60
712+713-718	Prestação de serviços	285 282 030,83	158 317 220,60	126 964 810,23
72	Impostos e taxas	542 622 595,87	463 561 179,91	79 061 415,96
(a)	Varição da produção	8 771,36	-	8 771,36
75	Trabalhos para a própria entidade	477 180,32	-	477 180,32
73	Proveitos suplementares	19 243 130,79	13 418 318,40	5 824 812,39
74	Transferências e subsídios obtidos	38 006 686,70	40 025 151,69	-2 018 464,99
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	6 987 720,90	16 070 269,80	-9 082 548,90
	(B)	898 506 287,92	696 799 965,76	201 706 322,16
78	Proveitos e ganhos financeiros	5 008 117,76	937 089,78	4 071 027,98
	(D)	903 514 405,68	697 737 055,54	205 777 350,14
79	Proveitos e ganhos extraordinários	97 331 325,27	109 193 215,55	-11 861 890,28
	(F)	1 000 845 730,95	806 930 271,09	193 915 459,86

Resumo:	2017	2016	Diferença
Resultados Operacionais: (B)-(A)=	111 033 406,91	74 604 865,96	36 428 540,95
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)=	-3 339 074,30	-10 174 962,03	6 835 887,73
Resultados Correntes: (D)-(C)=	107 694 332,61	64 429 903,93	43 264 428,68
Resultado antes impostos (F)-(E)=	93 146 271,30	61 740 309,37	31 405 961,93
Resultado Líquido do Exercício:	91 396 661,41	61 289 387,43	30 107 273,98

Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de Caixa Consolidados

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2017

(unidade: Euro)

	CML	Carris	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU	Total	Eliminação	Consolidado
Saldo da gerência anterior	109 444 901,88	14 820 773,27	1 956 513,51	17 627 169,81	3 679 894,47	5 038 603,38	152 567 856,32		152 567 856,32
Recebimentos	919 726 993,15	120 285 514,75	32 341 938,43	50 549 815,75	23 577 995,95	4 850 689,13	1 151 332 947,16	-31 777 018,02	1 119 555 929,14
Pagamentos	807 250 094,73	119 367 985,16	30 205 803,14	51 448 370,41	20 874 794,05	5 791 261,70	1 034 938 309,19	-30 656 881,90	1 004 281 427,29
Saldo para gerência seguinte	221 921 800,30	15 738 302,86	4 092 648,80	16 728 615,15	6 383 096,37	4 098 030,81	268 962 494,29	-1 120 136,12	267 842 358,17
Fluxo líquido do ano	112 476 898,42	917 529,59	2 136 135,29	-898 554,66	2 703 201,90	-940 572,57	116 394 637,97	-1 120 136,12	115 274 501,85

**Notas ao Balanço e à
Demonstração de Resultados Consolidados**

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Nota Introdutória

O Município de Lisboa apresenta demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2017.

A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais prevê no n.º 1 do artigo 75.º que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, a submeter à apreciação do órgão deliberativo.

Nos termos do n.º 7 do artigo acima mencionado, os documentos de prestação de contas consolidadas, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: balanço consolidado; demonstração consolidada dos resultados por natureza; mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e ainda o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intertemporal, bem como com outros setores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação nº 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, obrigatoriamente aplicável ao Município de Lisboa, por força do seu artigo 3.º. De acordo com a mesma Portaria e as instruções do SATAPOCAL, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCAL e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade-mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Desta forma, o Município de Lisboa, atendendo ao seu perímetro de consolidação e seguindo o estabelecido no ponto 4.5.5.1 das instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas, adota o seguinte método de consolidação:

- **Método de consolidação integral** que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados e no mapa de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos

respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

Salienta-se que em 2017 a Carris é incorporada no universo municipal, por força da aplicação do decreto-lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro.

A inclusão da Carris nas contas consolidadas é efetuada pelo valor consolidado da mesma com a sua participada Carristur – Inovação em transportes urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., que por sua vez detém a Carrisbus, SA.. A informação dos valores consolidados do denominado *Grupo Carris*, foi prestada pela empresa e integrada nas contas consolidadas do Município de Lisboa.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Caracterização da Entidade

Identificação da Entidade: Município de Lisboa	
Endereço Postal	Praça do Município - Paços do concelho, 1100-365 Lisboa
NIF	500051070 - atividades 84113; 85100; 85201; 58110
Composição do Órgão Executivo	
Presidente	Fernando Medina
Vice - Presidente	Duarte Cordeiro
Vereadora	Paula Marques
Vereador	Manuel Salgado
Vereador	João Paulo Saraiva
Vereador	Ricardo Robles
Vereadora	Catarina Vaz Pinto
Vereador	Jose Sá Fernandes
Vereador	Miguel Gaspar
Legislação	
Regime Financeiro	Lei 73/2013, de 03 de Setembro e respetivas alterações; Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL) e respetivas alterações; Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro.
Regime Jurídico	Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, alterada pela Lei 67/2007 de 31 dezembro, alterada pela Lei orgânica nº 1/2011 de 30 de novembro e alterada pela lei 75/2013 de 12 Setembro.

Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
NIF	500 595 313
Objeto	Exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vogal	José Realinho de Matos
Vogal	António Manuel Domingues Pires
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	
Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	EGEAC - Empresa de Getsão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, SA
NIF	503 584 215
Objeto	Assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura. Realização de ações e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais e espetáculos, teatros de rua e outros atos de natureza similar bem como a produção e organização das festas de Lisboa.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Joana Gomes Cardoso
Vogal	Lucinda Lopes
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	
Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA
NIF	503 311 332
Objeto	A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, como o controlo do acesso aos bairros históricos e a vigilância de túneis, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade. A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, visando soluções integradas de mobilidade urbana.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Luís Filipe Natal Marques
Vogal	João Paulo Salazar Dias
Vogal	Jorge Manuel de Oliveira
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, SA
NIF	503 541 567
Objeto	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o Município decida afetar ao arrendamento nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Pedro Pinto de Jesus
Vogal	Maria Helena Martinho Lopes Correia
Vogal	Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	
Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA
NIF	507 023 129
Objeto	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Teresa do Passo
Vogal	Jorge Catarino Tavares
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

a) *Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:*

Empresa	Posição acionista do Município	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais			Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais ⁽²⁾
		Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Equilíbrio de Contas art. 40º ⁽¹⁾	Necessário Transferência CML ou Reforço de Capital (art. 40º RJAEPL)	Consolida Dívida com CML (art 52º RFALEI) ⁽³⁾
CARRIS	100%	22%	Não Cumpre	4.873.766	Cumpr	Sim	Não
EGEAC	100%	1092%	Cumpr	125.410	Cumpr	Não	Não
EMEL	100%	125%	Cumpr	1.675.529	Cumpr	Não	Não
GEBALIS	100%	228%	Cumpr	116.301	Cumpr	Não	Não
SRU Ocidental	100%	853%	Cumpr	3.172	Cumpr	Não	Não

⁽¹⁾ O equilíbrio de contas da empresa é dado por RAI ≥ 0, cf art 40º RJAEPL

⁽²⁾ Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

⁽³⁾ A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o RAI ≥ 0, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAEPL

Empresa	Sede	Objeto Social	Número de Trabalhadores
CML	Praça do Município - Lisboa	Administração Local	8.023
CARRIS	Rua 1º de Maio, N.º 103, 1300-472 Lisboa	Exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa	2.112
EGEAC	Avenida da Liberdade, 192 - Lisboa	Gestão de diversos espaços culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura	337
EMEL	Alameda das linhas de torres, 198/200 - Lisboa	Prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana	518
GEBALIS	Rua Costa Malheiro, lote B12 - Lisboa	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o Município decida afetar ao arrendamento	199
SRU Ocidental	Rua da Correnteza, números 9-15 - Lisboa	Promover a reabilitação Urbana da sua zona de intervenção que se localiza no Município de Lisboa	13

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) *Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;*
- b) *Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;*
- c) *Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.*

Existiu uma alteração significativa ao perímetro face ao ano anterior, com a incorporação da Carris e respetivas participadas, como referido na nota introdutória.

a) e b) :

As empresas Municipais adotam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, deste modo, na sua aplicação, foram registadas as seguintes operações que o Município de Lisboa nem sempre pode harmonizar de forma valorativa, pese embora, ter sido possível garantir a referência à mesma data:

	EMPRESA					CORRIGIDO
	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU	S/N
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	x	x	x	x	x	N
Valorização das propriedades de investimento por forma de custeio diferentes do custo de aquisição			x			N
Calculo de provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	x	x	x	x	x	N
Calculo do imposto diferido	x	x	x	x	x	N
Alocação de Proveitos diferidos e capitais próprios	x	x	x		x	S

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) *Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;*

Os principais movimentos extra contabilísticos foram os seguintes (o sinal (+) representa correções a débito e o sinal (–) correções a crédito):

(unidade: milhões de euros)

	Município de Lisboa	Empresas Municipais
Eliminação de Investimentos Financeiros	-	111,7
	-111,3	-
Eliminação de saldos	17,2	22,1
	-20,4	-16,2
Eliminação de transações	8,1	22,6
	-25,7	-8,0

- b) *Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;*

O valor apurado de diferenças de consolidação foi de 72 mil euros, devido essencialmente a diferenças de avaliação existentes nos registos das operações entre as empresas do perímetro.

Estas diferenças de consolidação encontram-se reconhecidas nos Fundos Próprios.

- g) *Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;*

Tendo em conta que não é possível identificar a origem e o impacto nas contas consolidadas dos impostos diferidos das empresas municipais, não se procedeu à eliminação dos mesmos;

- i) *Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.*

As Empresas Municipais são todas de natureza empresarial e encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:

- a) *Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o seguinte mapa:*

(unidade: Euro)

Empresa	Posição acionista do Município	Equilíbrio de Contas art. 40º RJAELPL ⁽¹⁾	Dívida Total art. 52º RFALEI ⁽²⁾	Contribuição para Dívida CML art. 54º RFALEI ⁽³⁾
CARRIS	100%	Cumprido	81.347.956	Não
EGEAC	100%	Cumprido	9.175.939	Não
EMEL	100%	Cumprido	32.577.118	Não
GEBALIS	100%	Cumprido	17.698.997	Não
SRU Ocidental	100%	Cumprido	16.862.025	Não

Notas:

⁽¹⁾ O equilíbrio de contas da empresa é dado por $RAI \geq 0$, cf art 40º RJAELPL

⁽²⁾ Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

⁽³⁾ A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o $RAI \geq 0$, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAELPL

- b) *Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desgregado por entidade e por rubrica patrimonial:*

(unidade: Euro)

Rúbrica / Entidade	2018	2019	2020	2021	2022 e seguintes	Total
Dívidas a Terceiros - MLP						
Outros credores		29.737.829,03	19.591.018,85	19.620.214,27	48.000.206,79	116.949.268,94
Total Dívidas a Terceiros - MLP	-	29.737.829,03	19.591.018,85	19.620.214,27	48.000.206,79	116.949.268,94
Dívidas a Terceiros - CP						
Fornecedores, c/c	12.866.583,38					12.866.583,38
Fornecedores, facturas recepção e conferência	5.406.611,12					5.406.611,12
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	5.049.560,97					5.049.560,97
Fornecedores de imobilizado, c/c	3.386.996,78					3.386.996,78
Estado e outros entes públicos	8.171.882,83					8.171.882,83
Outros credores	147.568.223,68					147.568.223,68
Total Dívidas a Terceiros - CP						182.449.858,76
Total Geral	182.449.858,76	29.737.829,03	19.591.018,85	19.620.214,27	48.000.206,79	299.399.127,70

5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Ver em anexo o quadro de Fluxos de Caixa Consolidados.

6 Informações relativas a compromissos:

- a) *Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adoptem o POCAL, a discriminação, por agrupamento, económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;*

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo, encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

No decurso normal da sua atividade existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município de Lisboa, não sendo o risco de perda destas ações provável nem que o desfecho das mesmas venha a afetar de forma material a posição financeira do Município.

- b) *Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;*

(unidade: Euro)

	MUNICIPIO LISBOA	Carris	EMEL	TOTAL
RESPONSABILIDADES	60.708.492,86	12.683,57	2.516.750,00	63.237.926,43

7 Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a) *Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;*

Rubricas	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Imobilizado	Todo o ativo imobilizado após o ano de 2000, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. As taxas anuais de amortização dos bens de imobilizado corpóreo são as definidas no CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis, os intangíveis e as propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.
Existências	Apenas foram consideradas as existências dos armazéns do DRMM - Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica e DAOSM - Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município em sistema de inventário intermitente. Quanto aos DO - Departamento de Operações e DA - Departamento de Aprovisionamentos os valores referem-se aos apurados através do módulo informático de compras.	As existências são valorizadas ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela empresa. O método de custeio adotado pela empresa consiste no custo médio com exceção das mercadorias comercializadas no museu (Método FIFO).	As existências são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado.			
Dívidas de terceiros	As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. São calculadas provisões para cobranças duvidosas, de acordo com os critérios do POCAL.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.

Investimentos financeiros

Na entidade-mãe, os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo valor da percentagem detida dos capitais próprios.

Provisões para Riscos e Encargos

O Grupo regista nesta rubrica provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

Remunerações a Liquidar

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei do Orçamento do Estado para 2017.

Especialização de Exercícios

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

8 Informações relativas a determinadas rubricas:

a) *Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;*

Este ativo é constituído pelo custo de aquisição de licenças de software, estando a ser depreciados.

b) *Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;*

ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

ANO: 2017
(unidade: Euro)

Código das Contas POICAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Efeito de Incorporação da Carris no Perímetro	Saldo Final
De bens de domínio público:									
451	Terrenos e recursos naturais	26.662.880,73		23.503,58		13.066,20	333.490,30		27.006.808,41
452	Edifícios	2.561.573,25							2.561.573,25
453	Outras construções e infra-estruturas	520.629.397,03		78.281.469,14		986.663,49	63.019.471,39		660.943.824,07
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.978.984,36						1.688.398,18	3.667.382,54
445	Imobilizações em curso	226.310.346,59		53.679.698,36		33.647.769,35	-62.622.911,07		183.719.364,53
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	1.676.243,16		1.242.696,96		2.247.465,07	-4.372,14		667.101,91
		779.819.425,12		133.227.368,04		36.894.965,11	2.414.076,66		878.565.904,71
De imobilizações incorpóreas:									
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44							1.323.267,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	38.148.832,70		3.380.465,97			300.000,00	9.000.371,86	50.829.670,53
443	Imobilizações em curso			108.274,32			19.278,31		127.552,63
		39.472.100,14		3.488.740,29			319.278,31	9.000.371,86	52.280.490,60
De imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	514.327.629,22		3.937.681,12	1.582.305,03	568.039,95	11.488.394,05	36.641.896,60	564.245.256,01
422	Edifícios e outras construções	1.054.926.283,44		5.616.792,90	2.762.477,52	4.412.894,38	80.869.449,80	139.227.572,82	1.273.464.727,06
423	Equipamento básico	130.348.952,99		21.497.529,53	189.148,00	131.902,94	3.012.630,81	223.575.839,32	378.113.901,71
424	Equipamento de transporte	16.046.525,79		4.477.512,44	41.879,19	149.709,28	169.125,00	2.176.203,26	22.677.778,02
425	Ferramentas e utensílios	6.287.700,57		387.034,08		2.268,75			6.672.465,90
426	Equipamento administrativo	41.717.102,07		1.999.067,31		143.762,54	-86.156,01	7.426.093,70	50.912.344,53
427	Tarfas e vestítime	16,96							16,96
429	Outras imobilizações corpóreas	172.615.147,74		696.276,14	16.734,80	36.501,65	3.694.712,46	15.426.677,07	192.379.576,96
442	Imobilizações em curso	582.493.018,37		37.871.717,20		55.974.190,48	-101.776.617,69	365.217,01	462.979.144,41
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	8.920.108,16		359.666,31		479.117,35	-115.587,08		8.685.070,04
		2.527.682.485,31		76.843.277,03	4.592.544,54	61.898.387,32	-2.744.048,66	424.839.499,78	2.960.130.281,60
De investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	29.901.792,56		7.877.977,15				140.690,29	37.920.460,00
412	Obrigações e títulos de participação	5.632.156,00		2.818.601,23				814,44	8.451.571,67
41421+41422	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	3.867.209,65		585,42			735.462,83		4.603.257,90
4152	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	10.030,83							10.030,83
4153	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	20.737,95		48.953,61		3.686,87	10.693,69	698.904,38	775.602,16
441	Imobilizações em curso	627.184,58		108.278,25			-735.462,83		0,00
		40.059.111,57		10.854.395,66		3.686,87	10.693,69	840.409,11	51.760.923,16
Total		3.387.033.122,14		224.413.781,02	4.592.544,54	98.797.039,30	0,00	434.680.280,75	3.942.737.600,07

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2017
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Efeito de incorporação da Carris no Perimetro	Saldo Final
<i>De bens de domínio público:</i>						
451	Terrenos e recursos naturais					
452	Edifícios	379.109,15	54.170,39			433.279,54
453	Outras construções e infra-estruturas	156.667.945,03	36.689.514,98	47.029.054,32		240.386.514,33
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	408.205,09	62.271,42	103.331,60		573.808,11
459	Outros bens de domínio público					
		157.455.259,27	36.805.956,79	47.132.385,92		241.393.601,98
<i>De imobilizações incorpóreas:</i>						
431	Despesas de instalação					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	555.839,15	15.959,29			571.798,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	33.921.782,31	1.501.615,90	10,00	8.897.105,90	44.320.514,11
		34.477.621,46	1.517.575,19	10,00	8.897.105,90	44.892.312,55
<i>De imobilizações corpóreas:</i>						
421	Terrenos e recursos naturais					
422	Edifícios e outras construções	154.925.493,66	21.616.969,02	12.170.808,58	119.585.546,03	308.298.817,29
423	Equipamento básico	94.482.269,99	9.717.008,91	-289.082,38	209.665.094,92	313.575.291,44
424	Equipamento de transporte	12.878.047,36	548.402,33	-186.350,37	2.126.806,42	15.366.905,74
425	Ferramentas e utensílios	5.857.913,90	142.081,83	-1.488,30		5.998.507,43
426	Equipamento administrativo	37.950.299,95	1.228.698,74	-119.346,93	7.155.990,28	46.215.642,04
427	Taras e vasilhame	16,96				16,96
429	Outras imobilizações corpóreas	169.075.625,28	959.769,14	364.888,37	15.351.923,04	185.752.205,83
		475.169.667,10	34.212.929,97	11.939.428,97	353.885.360,69	875.207.386,73
<i>De investimentos financeiros:</i>						
411	Partes de capital	392.706,95				392.706,95
412	Obrigações e títulos de participação					
414	Terrenos e recursos naturais	428.505,92	89.184,00	585,42		518.275,34
41421+41422	Edifícios e outras construções					
4151	Depósitos em instituições financeiras					
4152	Títulos de dívida pública					
4153	Outros títulos					
		821.212,87	89.184,00	585,42		910.982,29
Total...		667.923.760,70	72.625.645,95	59.072.410,31	362.782.466,59	1.162.404.283,55

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

As empresas municipais, são sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% e a taxa de derrama é de 1,5% sobre o lucro tributável.

O Município de Lisboa está isento de IRC.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

(unidade: Euro)

Rubricas	Carris	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Remunerações dos órgãos sociais	265.632,03	114.692,19	83.136,00	114.641,93	60.143,52

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Variação
681	Juros suportados	7.324.890,05		17.257,89	90.507,25	429.929,97	110.609,16	745,02	7.972.449,30	10.022.135,41	-2.049.686,11
682	Perdas em entidades participadas								0,00	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	336.506,28						336.506,28			
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	46,58							46,68	35,91	10,77
687	Perdas alienação aplic. Tesouraria	105.984,83							105.984,83		
688	Outros custos e perdas financeiros		251.514,03			17.197,22			268.711,25	1.089.880,49	-821.169,24
	Resultados Financeiros	-2.930.647,17	-139.919,94	-15.700,95	-46.862,08	-444.652,72	-98.542,74	-337.251,30	-3.339.074,30	-10.174.962,03	6.941.872,56
		4.836.780,67	111.594,09	1.556,94	43.645,17	2.474,47	12.066,42	0,00	5.008.117,76	937.089,78	4.071.027,98
Código das Contas Pocal	PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	Carris	Egeac	Emel	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Variação
781	Juros obtidos	46.689,84		1.556,94	43.645,17	2.474,47	12.066,42		106.432,84	188.486,56	-82.053,72
782	Ganhos em entidades participadas	4.789.914,82							4.789.914,82	747.233,66	4.042.681,16
786	Descontos pronto pagamento obtidos	48,01							48,01	1.369,56	-1.321,55
788	Outros proveitos ganhos financeiros	128,00	111.594,09						111.722,09	0,00	111.722,09
Total 78		4.836.780,67	111.594,09	1.556,94	43.645,17	2.474,47	12.066,42	-	5.008.117,76	937.089,78	4.071.027,98

r) *Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;*

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Variação
691	Transferências capital concedidas	35.461.522,55						11.435.636,13	24.025.886,42	43.287.610,40	-19.261.723,98
692	Dívidas Incobráveis	0,00							0,00	0,00	
693	Perdas em existências	141.350,71							141.350,71	68.402,89	72.947,82
694	Perdas em imobilizações	470.397,23							470.397,23	2.194.025,85	-1.723.628,62
695	Multas e penalidades	2.724,74							2.724,74	4.148,50	-1.423,76
696	Aumentos de amortizações	60.845.010,20							60.845.010,20	40.948.993,09	19.896.017,11
697	Correções relativas ex. anteriores	18.531.510,43		7.269,75				38.948,86	18.499.831,32	32.569.915,36	-14.070.084,04
698/9	Dut. cust./perdas extraordinários	6.273.293,40	486.807,91	31.990,11	1.053.556,41	56.805,65		8.267,52	7.894.185,96	7.356.699,84	537.486,12
	Resultados Extraordinários	-27.864.319,11	610.279,92	637.714,25	-470.394,72	-56.805,65	1.115.941,50	-11.479.522,50	-14.548.061,31	-17.236.580,38	2.688.519,07
		93.861.490,15	1.097.087,83	676.974,11	583.161,69	-	1.115.941,50	3.330,01	97.331.325,27	109.193.215,55	-11.861.890,28
Código das Contas Pocal	PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2017	Consolidado 2016	Variação
793	Ganhos em existências	33.895,68							33.895,68	246.460,93	-212.565,25
794	Ganhos em imobilizações	49.829.528,48							49.829.528,48	22.441.918,24	27.387.610,24
795	Benefícios penalidades contratuais	6.556.708,34					1.098.647,82	196,31	7.655.159,85	12.128.703,24	-4.473.543,39
796	Reduções amortizações e provisões	6.742.524,96							6.742.524,96	44.257.634,46	-37.515.109,50
797	Correções relativas ex. anteriores	18.787.198,72		5.214,78				402,35	18.792.815,85	20.447.302,80	-1.654.486,95
798/9	Outros proveitos ganhos extraord.	11.911.633,97	1.097.087,83	671.759,33	583.161,69		16.891,33	3.133,70	14.277.400,45	9.671.195,88	4.606.204,57
Total 79		93.861.490,15	1.097.087,83	676.974,11	583.161,69	-	1.115.941,50	3.330,01	97.331.325,27	109.193.215,55	-11.861.890,28

s) *Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;*

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial Consolidado	Aumento (custos)	Redução (proveitos)	Saldo Final
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	108.651.287,44	7.310.723,52	2.429.942,54	113.532.068,42
292	Provisões para Depreciação de Existências	27.575,35	59.906,84		87.482,19
292	Provisões para riscos e encargos	248.187.655,55	85.780.101,32	7.523.139,10	326.444.617,77
49	Provisões para investimentos financeiros	821.212,87	89.769,42		910.982,29
Total		357.687.731,21	93.240.501,10	9.953.081,64	440.975.150,67

